

A ACESSIBILIDADE NO PARQUE DO SABIÁ PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA FÍSICA

Ecione Maria da Silva
Bacharel e Licenciada em Geografia
Instituto de Geografia- Universidade Federal de Uberlândia
ecionegeo@yahoo.com.br

Beatriz Ribeiro Soares
Professora Doutora
Instituto de Geografia- Universidade Federal de Uberlândia
brsoares@ufu.br

Resumo

Atualmente todos os esforços das pessoas com deficiência são no sentido de promover uma inclusão social justa, possibilitando melhores condições de vida. Ao reivindicar uma cidade acessível, essas pessoas mostram sua força como agentes modificadores do espaço e, sendo os parques urbanos, espaços de uso público onde as pessoas vão passar seus momentos de lazer destinados a toda a população, deveriam conter todos os dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência, que como qualquer cidadão, também tem direito ao lazer e recreação. Portanto este trabalho tem por objetivo analisar as condições de acesso para as pessoas com deficiência física ao Parque do Sabiá na cidade de Uberlândia-MG

Palavras-chave: parques urbanos, pessoas com deficiência física, espaço, acessibilidade.

THE ACCESSIBILITY IN THE SABIÁ GARDEN FOR PEOPLE WITH PHYSICAL DEFICIENCY

Astract

Currently, every deficient people effort seeks the promotion of a reasonable social inclusion, which could lead better life conditions. Demanding an accessible town, this people shows the strength of space modifyer agent and, as the urban gardens are places of public use, destined to all society, where people spend their leasure time, they should contain every accessibility devices to deficient people, who, as any other citizen, also have the right to recreation and leasure times and places. Therefore, this production has the goal of analysing the accessibility conditions to deficient people in the SabiáGarden inUberlândia-MG.

Key words: urban gardens, deficient people, space, accessibility.

Introdução

As pessoas com deficiência vêm lutando por seus direitos como cidadãos há vários anos, obtendo muitas conquistas no que diz respeito ao processo de inclusão social e isso pode ser comprovado acompanhando os diferentes momentos desse segmento da sociedade vivenciados ao longo da história. Durante a era pré-cristã as pessoas com deficiência eram totalmente ignoradas pela sociedade que preferiam eliminá-las a conviver com suas diferenças. O mesmo ocorreu no período feudal, quando influenciadas pela igreja católica, as pessoas que tinham alguma deficiência eram vistas como figuras representativas do pecado.

No século XVIII até meados do século XIX as pessoas com deficiência eram segregadas em instituições, sem receberem nenhum tratamento adequado às suas condições. No final do século XIX e meados do século XX surgem várias instituições com o intuito de oferecer uma educação diferenciada às pessoas com deficiência para direcioná-las a trabalhos que exigiam pouco nível intelectual, uma vez que tais pessoas eram consideradas com baixa capacidade para aprendizagem.

De acordo com Sasaki (1999) o movimento de inclusão social das pessoas com deficiência começou incipiente na segunda metade dos anos oitenta do século XX nos países mais desenvolvidos, tomou impulso na década de noventa também em países em desenvolvimento e se fortalecerá nos primeiros dez anos do século XX envolvendo todo o mundo, como realmente vem acontecendo.

Silva (2002) destaca dois marcos fundamentais da luta por cidadania das pessoas com deficiência: o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência no mundo e a Assembléia Constituinte no Brasil. Para Silva (2002) o Ano Internacional da Pessoa com Deficiência teve grande importância porque o tema chegou até à imprensa e foram realizados vários programas de televisão sobre o assunto e, a Assembléia Constituinte por ter sido aprovada uma das mais completas constituições do mundo no que diz respeito às pessoas com deficiência.

Hoje as pessoas com deficiência contam com inúmeras Leis que defendem seus direitos e primam pela questão da acessibilidade, no entanto o cumprimento dessas Leis não é observado efetivamente, sendo essa questão, mais um dos pilares da luta das pessoas com deficiência, que se faz de maneira mais eficaz através de grupos e/ou entidades representativas dessas pessoas. Em Uberlândia existem vários grupos e associações, sendo a Associação dos Paraplégicos de Uberlândia- APARU a mais conhecida pela população que,

além de lutar pelo cumprimento das Leis cumpre o importante papel na divulgação das mesmas para a sociedade e, principalmente, para as pessoas as quais está representando. Como explica Santos (1992), é com o grupo que encontramos os meios de multiplicar as forças individuais, mediante a organização, manifestando seus interesses e reivindicando a qualidade de vida e a cidadania que são direitos inalienáveis do ser humano.

Os grupos e entidades representativas não medem esforços para conquistar uma cidade onde todos possam usufruir dos serviços e equipamentos existentes, onde todos possam circular com conforto e segurança podendo trabalhar, estudar, se divertir, praticar esportes, enfim, praticar todos os atos da vida diária independentemente de suas condições físicas. Ao reivindicar uma cidade acessível, as pessoas com deficiência mostram sua força como agentes modificadores do espaço. Lefebvre (1991) diz que a cidade muda quando muda a sociedade no seu conjunto.

Assim, pode-se afirmar que as cidades vivem em constante metamorfose com o intuito de atender as necessidades de seus habitantes. O lazer e a recreação são necessidades inerentes ao ser humano, que busca satisfazê-las indo a bares, cinemas, praça, parques, etc.. Portanto o objetivo desse trabalho foi analisar as condições de acesso para as pessoas com deficiência física ao Parque do Sabiá na cidade de Uberlândia-MG, discutindo a importância dos parques urbanos nas cidades, verificando se esses parques possuem acessibilidade que permitem a inclusão das pessoas com deficiência e analisando se essas pessoas levam em consideração as condições de acesso dos parques urbanos quando selecionam os locais para seus momentos de lazer e recreação.

Para atingir esses objetivos foi realizada a pesquisa bibliográfica de livros e artigos científicos junto às bibliotecas da Prefeitura Municipal de Uberlândia-PMU, da Universidade Federal de Uberlândia-UFU e internet, com o objetivo de dar suporte teórico para a análise da temática.

Posteriormente foi realizada a pesquisa in loco, ou seja, levantamento de dados para verificar a existência ou não da acessibilidade no Parque do Sabiá. Qualquer um que deseje conhecer um fenômeno só poderá ter sucesso se entrar em contato com ele, ou seja, vivê-lo (praticá-lo) dentro do próprio meio deste fenômeno (Kaiser, B., 1985, p. 26). Sendo assim, para se saber a real situação da estrutura de acesso para as pessoas com deficiência física é imprescindível a realização de coleta de informações diretamente no Parque do Sabiá,

tornando a pesquisa mais complexa e completa, além de poder suscitar questões que até então permaneciam ofuscadas.

Durante as pesquisas em campo foi feito o registro fotográfico das barreiras de acesso encontradas, especialmente as arquitetônicas, bem como das adaptações que até o presente momento já foram feitas, afim de avaliar se estas estão de acordo com as normas técnicas. Sotang (2004) defende o uso da fotografia dizendo que o que está escrito sobre uma pessoa ou um fato é declaradamente, uma interpretação, assim como pinturas e desenhos, mas imagens fotográficas não parecem manifestações a respeito do mundo e sim pedaços dele, miniaturas da realidade que qualquer um pode fazer ou adquirir. Para Sotang (2004) as fotos nos fornecem testemunhos da realidade.

Também foi realizada uma pesquisa com vinte pessoas com deficiência física que utilizam cadeira de rodas para sua locomoção, para constatar se estas levam em consideração as condições de acesso dos parques urbanos quando selecionam os locais para seus momentos de lazer e recreação, bem como para relatarem as experiências ou situações que tiveram de enfrentar ao acessar esses locais, quando escolhidos para passarem seus momentos de lazer e recreação.

Por fim, foi feita a análise e interpretação das informações levantadas nas pesquisas bibliográficas, nas entrevistas e em campo elaborando assim este trabalho.

Hoje todos os esforços são no sentido de promover uma inclusão justa, com efetiva inserção das pessoas com deficiência na sociedade, possibilitando melhores condições de vida. Sendo o espaço com suas relações sociais, o objeto de estudo da Geografia, torna-se necessário inserí-la no contexto da inclusão social plena de todos os cidadãos, contribuindo para a formação de uma sociedade justa e humana.

Considerações Teóricas

As cidades médias possuem grande importância no cenário econômico atual do país, localizando-se nesses locais grandes empresas do setor de serviços e comércio, industrial e agroindústria, atraindo migrantes de cidades pequenas e do campo, que buscam empregos e qualidade de vida.

Uberlândia seguiu a tendência de urbanização, sendo marcada por grandes transformações e, segundo Andrade e Lodder (1979), já na década de 1970, se encontrava no grupo de cidades médias que apresentavam relativamente as melhores condições necessárias

para o seu crescimento econômico. A grande migração de pessoas de outras cidades e também a migração de pessoas que antes viviam no campo foi um fator primordial para o desenvolvimento urbano e econômico do município. Esse aumento populacional acarreta também o aumento do número de pessoas com deficiência residindo na área urbana de Uberlândia, o que conseqüentemente, gera a necessidade de uma estruturação da cidade para o exercício da cidadania dessas pessoas.

Santos (1992) enfatiza a importância dos agentes sociais, ao definir espaço, como sendo a soma dos objetos geográficos, naturais e artificiais, mais a sociedade, destacando que a essência do espaço é social e este se encontra em permanente evolução. “O espaço deve ser considerado como um conjunto indissociável de que participam, de um lado certo arranjo de objetos geográficos, objetos naturais e objetos sociais, e, de outro, a vida que preenche e os anima, ou seja, a sociedade em movimento.” (SANTOS, 1988, p. 26-27)

Portanto, pode-se afirmar que a cidade está em permanente processo de transformação, sendo esse espaço resultado da ação da própria sociedade, que a modifica a todo instante visando atender as suas necessidades. Como diz Burmeister (2001), a cidade de hoje nunca é igual a de amanhã e sua riqueza está na diversidade que oferece. Ela é dinâmica e recriar este ambiente para que todos possam usufruir dos seus variados espaços se torna um grande desafio, principalmente para aquelas pessoas que apresentam algum tipo de deficiência. “O espaço da cidade é, assim, e também, o cenário e o objeto das lutas sociais, pois estas visam, afinal de contas, o direito à cidade, à cidadania plena e igual para todos.” (CORRÊA, 1995, p. 09)

As pessoas com deficiência também são agentes capazes de modificar o espaço onde vivem e no que diz respeito à cidade de Uberlândia, muito se tem feito para permitir que essas pessoas tenham o direito de viver com mais autonomia e independência, mesmo sabendo que ainda existem inúmeras barreiras que impedem o acesso dessas pessoas a uma vida mais digna.

É comum o uso da terminologia “portadores de deficiência”, porém, de acordo com o texto da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pelo Congresso Nacional em 2008, o termo utilizado deve ser “pessoa com deficiência”, referindo-se àquelas pessoas que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, em interação com diversas barreiras, podem impedir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas e, também

para indicar que a deficiência é só mais uma característica dessa pessoa. Sasaki (2002) explica que no Brasil, o termo portador de deficiência tornou-se bastante popular, principalmente entre os anos de 1986 e 1996, no entanto, pessoas com deficiência defendem que nenhuma pessoa porta uma deficiência como se estivesse portando um objeto e sim, que elas possuem algum tipo de deficiência que faz parte de suas características pessoais.

Silva (2002) diz que é comum as pessoas se sentirem constrangidas ao se referirem a uma pessoa que possui algum tipo de deficiência, por não saber a forma adequada com que devem tratá-la, utilizando-se assim, do termo que consideram mais elegante ou correta.

A evolução dos termos usados para designar pessoas com deficiência está relacionado ao processo histórico, refletindo o grau de inserção e o valor atribuído a essas pessoas pela sociedade em cada período.

Resende (2003) afirma que o espaço como fator social é constantemente alterado para abrigar as diferenças e as contradições entre todos os indivíduos, ficando evidente a importância da acessibilidade para as pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, que também habitam a cidade e utilizam o espaço urbano para o exercício de suas atividades diárias e de lazer, como todos os cidadãos.

Nesse trabalho foram analisados os aspectos arquitetônicos e urbanísticos do conceito de acessibilidade, uma vez que este termo abrange vários outros contextos, como acessibilidade à educação, acessibilidade financeira, acessibilidade à saúde, etc.

A acessibilidade torna possível o acesso dos indivíduos aos locais de emprego, lazer, estudo, equipamentos públicos etc.,. O Decreto 5296/04 assim define o termo acessibilidade,

condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida (DECRETO FEDERAL no 5296/04, Art. 8o, Inciso I)

Para tanto, a concepção do espaço arquitetônico ou urbanístico também deve fundamentar-se nos conceitos de acessibilidade, na interação entre o indivíduo com o espaço, de forma a contribuir com o desenho de ambientes adequados ao usuário nas suas formas e usos.

[...] Particularmente para elas (pessoas com deficiência), a acessibilidade ao espaço é um dos itens de maior importância para o pleno respeito de suas individualidades. (...) A prática tem mostrado que algumas limitações e incapacidades na vida de uma pessoa com deficiência advêm da inadequação

do meio e da falta de oportunidades de que dispõe a comunidade em geral [...]. (RESENDE, 2004, p. 41-42)

Para Sasaki (1999), inclusão social conceitua-se como o processo pelo qual a sociedade se adapta para poder incluir, em seus sistemas sociais gerais, pessoas com deficiência e, simultaneamente estas se preparam para assumir seus papéis na sociedade, ou seja, ocorre a efetivação da equiparação de oportunidades para todos.

Dessa forma estar-se-á possibilitando a inclusão social das pessoas com deficiência no espaço urbano e, nesse estudo em específico, ao Parque do Sabiá, destinado ao lazer, à recreação e às atividades voltadas para a Educação Ambiental.

Conforme Colesanti (1994) e Toledo e Santos (2008) os parques urbanos são áreas verdes que integram os espaços livres de construção da cidade, cuja função é de preservação ou recuperação da vegetação e/ou destinada ao lazer público.

Sendo assim, os parques urbanos são espaços de uso público onde as pessoas vão passar seus momentos de lazer e, como são destinados a toda a população, deveriam conter todos os dispositivos de acessibilidade para pessoas com deficiência, que como qualquer cidadão, também tem direito ao lazer e recreação.

Toledo e Santos (2008); Colesanti (1994) e Rodrigues (2007) contam que os parques urbanos surgiram no final do século XVIII, atingindo o pleno desenvolvimento na Inglaterra entre as décadas de 1850 e 1860, quando o crescente processo de industrialização e expansão urbana provocaram alterações profundas no ambiente natural, resultando na procura por espaços onde a população pudesse suprir as atuais necessidades de contato com a natureza, de lazer e recreação e de possuírem um ambiente que contrastasse com aquele ambiente insalubre observado nas cidades. Portanto, inicialmente, esses parques tinham como função o lazer e a contemplação da natureza e eram freqüentados apenas pelas elites da sociedade. Somente no início do século XX, os parques urbanos incorporam novas funções e o uso desses espaços assume o caráter democrático, atendendo a toda a população.

No Brasil, os parques urbanos são criados para complementar o cenário das elites que controlavam o país e desejavam incorporar à configuração urbana, elementos importados da sociedade européia, como sinônimo de modernidade e, conforme Rodrigues (2007, p. 66) “às massas urbanas eram destinados os vazios urbanos, tais como as várzeas, fundos de vale, rios e riachos”. Mas a partir de 1950, com a rápida expansão das cidades brasileiras, os espaços até então destinados à massa da população tendem a reduzir-se cada vez mais ou mesmo

desaparecerem e os parques urbanos passam a atender a demanda social por espaços de lazer, recebendo também equipamentos e infra-estrutura para a prática de esportes e realização de atividades culturais.

É preciso lembrar que hoje os Parques Urbanos também são espaços onde os professores do ensino básico levam seus alunos para realização de trabalhos direcionados à Educação Ambiental e, portanto torna-se fundamental que estes locais estejam preparados para receber alunos com deficiência. O Decreto 5296/04 no seu Artigo 15º, também prevê que os parques e demais espaços públicos, estejam de acordo com as normas técnicas no que diz respeito à acessibilidade, garantido a todos o direito de usufruírem desses espaços com autonomia e segurança.

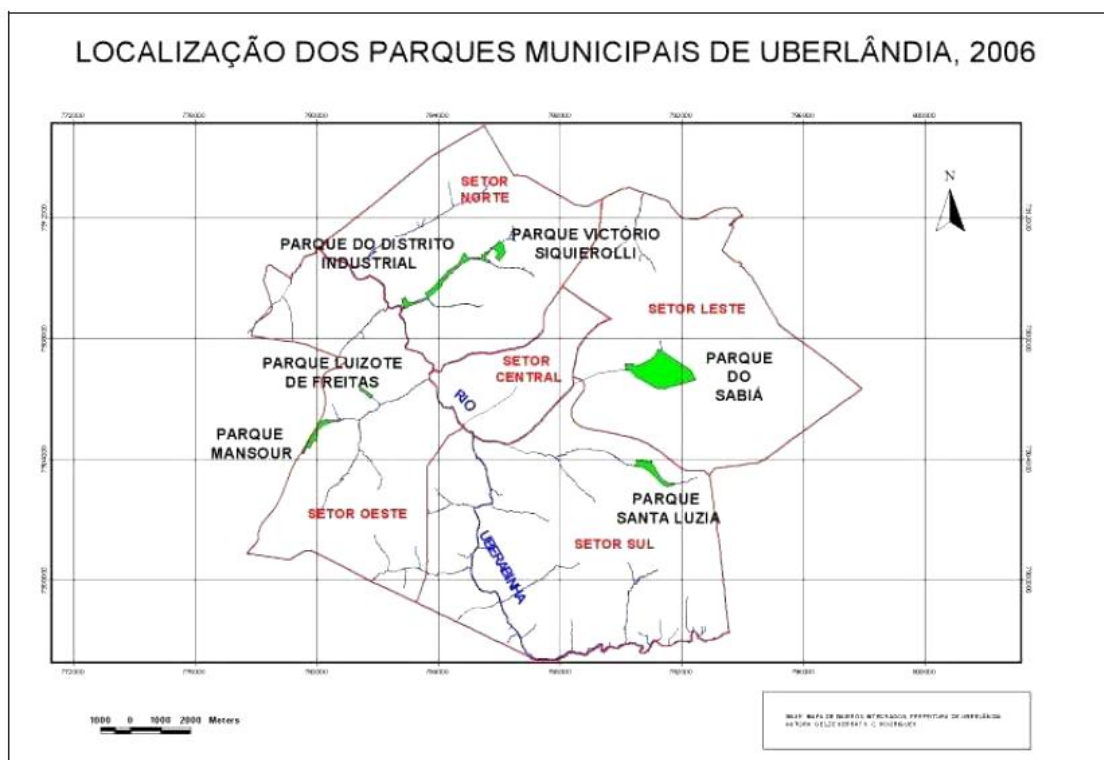
Os parques urbanos são de fundamental importância para a qualidade de vida da população, devendo ser acessíveis a todos, sem distinção de classe social, idade e/ou condição física da pessoa. Apesar de Rondino (2005 apud TOLEDO; SANTOS, 2008) enfatizar que todo homem deve ter a possibilidade de escolher como recrear, as pessoas com deficiência ainda não tem o pleno acesso aos parques urbanos, pois estes não estão estruturalmente preparados para recebê-los, o que acaba limitando suas possibilidades de escolha. Como afirma Sasaki (1999, p. 41) é “fundamental equipararmos as oportunidades para que todas as pessoas, incluindo portadores de deficiência, possam ter acesso a todos os serviços, bens, ambientes construídos e ambientes naturais, em busca da realização de seus sonhos e objetivos.”

Uberlândia possui seis parques urbanos, sendo o Parque do Sabiá o mais freqüentado. Portanto, é necessário avaliar as condições de acesso para pessoas com deficiência física, especificamente àquelas que utilizam cadeira de rodas para sua locomoção, nesse espaço.

Conhecendo um pouco mais sobre o Parque do Sabiá

Em Uberlândia, o primeiro Parque Municipal criado foi o Parque do Sabiá devido à necessidade de se construir no espaço urbano um local de lazer e recreação para a população de baixa renda. Os demais parques municipais como o Parque do Distrito Industrial, Parque Luizote de Freitas, Parque Mansur, Parque Santa Luzia e Parque VictórioSiquierolli, foram implantados com o intuito de preservação de partes do cerrado existentes na cidade e para práticas de atividades ligadas à Educação Ambiental.

Como pode ser observado no mapa abaixo, cada setor da cidade possui um parque municipal. No entanto, se for comparada a área verde total do município com o número de habitantes, chegar-se-á à conclusão de que em Uberlândia é preciso o desenvolvimento de programas que incentivem a criação de novos parques e o plantio de árvores tanto pela população como pelo poder público, como forma de suprir a degradação ambiental provocada pela expansão urbana.



Mapa 01: Uberlândia, Localização dos Parques Urbanos, 2007.
Fonte: RODRIGUES, 2007. p.70

O Parque do Sabiá é administrado pela FUTEL (Fundação Uberlandense de Turismo, Esporte e Lazer). Localiza-se no setor Leste da cidade de Uberlândia, estando sua entrada principal situada na Avenida Haia, bairro Tibery, nas coordenadas geográficas 18°54'27" latitude S e 48°14'27" longitude W.

Todo o complexo do Parque do Sabiá possui uma área total de 1850000 m², onde podem ser encontrados um bosque de 350m² de área verde, com mesas distribuídas em vários locais, onde os visitantes podem se reunir com a família e amigos, constituindo-se, portanto, de um local agradável para que a população possa ter um contato mais próximo com natureza e assim minimizar os efeitos negativos provocados pela correria da vida urbana; vários

equipamentos para recreação, como campos de futebol, quadras, parque infantil, uma pista para caminhada com 5100m de extensão, o Recanto do Truqueiro, piscinas, o aquário, zoológico, lagos e duas piscinas que são abastecidos por três nascentes da Bacia do Córrego Jataí.

Nesse espaço também estão o Horto Municipal, onde são cultivadas várias espécies de plantas que são disponibilizadas à população, o Estádio João Havelange e a Arena Presidente Tancredo Neves (Sabiazzino) onde, além de jogos de futebol, também ocorrem vários eventos da cidade, como festivais de músicas e outros shows. Esses equipamentos não fizeram parte desse estudo uma vez que não se encontram diariamente abertos ao público e estão situados externamente à área verde que será aqui considerada nosso objeto de trabalho. A figura abaixo apresenta a área do parque a ser analisada.



Figura 02: Parque do Sabiá; Mapa Ilustrativo da área a ser analisada, 2007.

Fonte: MENDES. L. F. O., 2007.

Colessanti (1994) explica em seu trabalho, que o Parque do Sabiá foi implementado para que os trabalhadores tivessem um local para seus momentos de lazer e recreação, em uma área com infra-estrutura para descanso, práticas esportivas, pescaria e, que tal área, também fosse voltada para ser um ponto turístico na cidade. Assim, em 23 de março de 1971,

através da Lei 1898, o Poder Público Municipal oficializa a área do Manancial Jataí para fins turísticos e bem estar social. Em junho desse mesmo ano, a Lei 1925 autoriza a abertura do crédito especial e realização de concorrência pública para as obras de construção e do Parque do Sabiá.

Ainda segundo Colessanti (1994), a empresa Quatro Rodas Empreendimentos Turísticos recebeu, por meio de doação, uma parte da área do parque, ficando sob sua responsabilidade construir um complexo turístico, mas como não conseguiu cumprir o prazo determinado pela Lei 2283/73, teve que devolver a área à Prefeitura, que em 1977 deu início à construção do Parque, sendo inaugurado em 07 de novembro de 1982.

Em 2006 foi construído no Parque um Centro de Educação Ambiental onde de acordo com o site da Prefeitura Municipal de Uberlândia, os alunos e demais visitantes participam de atividades cujo objetivo é divulgar a importância da preservação do meio ambiente, tanto na escala global, quanto no próprio espaço do Parque.

A Percepção das Pessoas com Deficiência Física Acerca das Condições de Acessibilidade em Uberlândia

O Direito de ir e vir assegurado pela Lei a todos os cidadãos ainda não é observado em nosso país. Uberlândia aos poucos vem adequando seu espaço, mas ainda tem um longo caminho a seguir para oferecer uma cidade totalmente acessível para as pessoas com deficiência poderem se locomover e realizar suas tarefas diárias.

Durante os trabalhos de campo realizados no Parque do Sabiá, observou-se que apenas uma pequena parte desse espaço foi adaptada para usuários de cadeira-de-rodas.

Como dito anteriormente, o termo acessibilidade refere-se à possibilidade de se usar ou se locomover com segurança, autonomia e independência, sendo estes fatores a base do trabalho de campo realizado. Para complementar a pesquisa, foram aplicados questionários com cadeirantes e acompanhantes de pessoas usuárias de cadeira-de-rodas, que devido ao grau da deficiência, não conseguem se locomover sem ajuda, visando saber como a questão da acessibilidade nesses parques são vistas por elas.

Todos os entrevistados consideram os Parques Urbanos importantes para a qualidade de vida dos moradores de Uberlândia, por serem locais onde as crianças e adultos se distraem e podem descansar a mente, como dito por um entrevistado, mas o que se observou nas

entrevistas é que poucos cultivam o hábito de frequentar os parques por falta de tempo ou por falta de motivação devido à dificuldade de acesso.

A faixa etária dos participantes situa-se entre 20 e 55 anos e todos residentes em Uberlândia há mais de cinco anos. Quando questionados se acham que os espaços destinados ao lazer e recreação em Uberlândia, como os clubes, lanchonetes, casas de shows, parques, praças, etc., estão preparados para receberem usuários de cadeira-de-rodas, 63% dos entrevistados responderam que raramente algum local está preparado para receber cadeirantes, 37% acham estes espaços não estão preparados e nenhum entrevistado considerou que os espaços destinados ao lazer e recreação em Uberlândia possuem estrutura adequada para este segmento da sociedade. As pessoas que acompanham cadeirantes são as que mostram maior indignação com relação à falta de acessibilidade dos espaços urbanos e acham que pouca coisa melhorou enquanto as pessoas usuárias de cadeira-de-rodas reconhecem que em Uberlândia ainda falta muita adequação, mas que se for comparada com outros locais, a cidade já evoluiu bastante para as pessoas com deficiência. Uma entrevistada que é acompanhante de cadeirante disse que *“na Praça Sérgio Pacheco as barras de ferro colocadas para não haver circulação de bicicletas ou motos na pista de caminhada impede o caminho do cadeirante pelo entorno da praça, ou seja, se o cadeirante quiser sair pela Av Monsenhor Eduardo não tem jeito, havendo só uma saída”*.

Outra entrevistada que é cadeirante, comentou que *“ainda são poucos os locais com acessibilidade, quando se tem não é completa, quando se tem rampas, não se tem banheiros com adaptação, mesmo assim reconheço que melhorou muito”* e foi complementada por outro entrevistado que concluiu que *“ainda temos muitas falhas nos órgãos públicos e alguns estabelecimentos de ensino e comerciais”*. Isso mostra que apesar de todas as Leis existentes e avanços que já foram conseguidos em nossa cidade, muita coisa ainda precisa ser feita.

Outro ponto importante questionado aos participantes foi se quando planejam ir a algum lugar para passar seus momentos de lazer e recreação, eles escolhem locais que são acessíveis para cadeirantes. Todos os entrevistados responderam sim a essa questão e pode-se destacar o comentário de um entrevistado que conclui energicamente que se não entra e/ou não cabe a sua cadeira, o local não o caberá também. Outra entrevistada afirmou que *“sempre passo saber se tem escadas, banheiros com adaptação, estacionamento, como se chegar nas mesas, em show geralmente não se tem nada disso mais procuro saber se tem pelo menos local com segurança”*. O local estar estruturalmente preparado para receber pessoas com

deficiência traz benefícios para todos uma vez que essas pessoas também são consumidoras, possuem amigos e familiares que os acompanham nos momentos de lazer e recreação e acabam indicando os locais adaptados para outras pessoas, incentivando o consumo naquele local.

A Estrutura de Acesso do Parque do sabiá

No Parque do Sabiá, os locais preferidos pelos entrevistados são o bosque (60%), o zoológico (20%), o Recanto do Truqueiro (5%) e o restante dividido entre os campos de futebol, as quadras, o parque infantil, as piscinas, o aquário e os lagos.

As justificativas para essas escolhas pelos entrevistados, foram de que gostam de locais onde vêem muita gente, locais perto dos barzinhos e por ser um local onde se identificam, no caso do bosque.

No Parque do Sabiá observou-se que a área próxima à entrada principal, onde se localizam as lanchonetes, o cadeirante não encontra dificuldades de locomoção, podendo circular livremente neste espaço. No entanto, no restante do parque, o acesso torna-se mais restrito devido à falta de estrutura para receber usuários de cadeira-de-rodas. Quando questionados se os entrevistados consideram o Parque do Sabiá acessível para uma pessoa usuária de cadeira de rodas, verificou-se que 75% responderam que não e 25% disseram que sim. Mesmo entre os que responderam positivamente, houve algumas observações como *“sim, apesar de faltar alguns ajustes”* e *“somente alguns locais estão preparados”*. A falta de pavimentação adequada e rampas de acesso dentro das normas NBR 9050 foram as principais barreiras encontradas no parque pelos entrevistados.

Ao chegar ao parque pela portaria principal, o funcionário direciona o cadeirante para o portão de entrada de veículos, pois a entrada para pedestre não possui rampas de acesso, sendo necessário subir e descer pequenos degraus na calçada. Mesmo optando por entrar pelo portão de veículos, o cadeirante precisa descer um pequeno degrau, se estiver na calçada, ou passar por um desnível existente entre a rua e o portão, como pode ser observado na figura 03. Durante o trabalho de campo presenciou-se um cadeirante saindo do parque e que precisou descer de costas o desnível mencionado, pois correria o risco de cair da cadeira-de-rodas se tentasse descer de frente.



Figura 03: Parque do Sabiá, Entrada Principal, 2009.
Autor: SILVA, E. M. ago/2009

Já na entrada secundária existente próximo ao parque infantil, existe a rampa de acesso (figura 04), mas fora das normas técnicas de acessibilidade da NBR 9050, com inclinação muito íngreme, evidenciando ter sido feita de forma improvisada, assim como outras rampas encontradas no parque, com exceção daquelas próximas às lanchonetes, que possuem os padrões recomendados (figura 05).



Figura 04: Parque do Sabiá, Rampa improvisada na entrada parque infantil, 2009.
Autor: SILVA, E. M. ago/2009



Figura 05: Parque do Sabiá, Rampa dentro das normas da ABNT, 2009.

Autor: SILVA, E. M. ago/2009

A figura 06 mostra a rampa de acesso às piscinas, cujas características são totalmente inadequadas, com uma rampa muito inclinada, sem corrimão de apoio e que apresenta um desnível no final, não permitindo que o cadeirante tenha autonomia, pois é necessário ajuda para descer e subir, além de não oferecer segurança ao usuário.

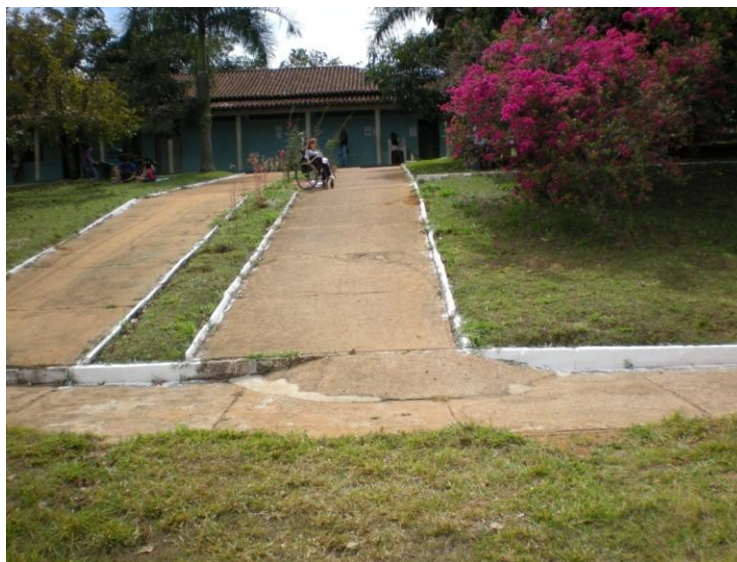


Figura 06: Parque do Sabiá, Rampa de acesso à piscina, 2009

Autor: SILVA, E. M. ago/2009.

De acordo com a NBR 9050, os corrimãos devem ser instalados em ambos os lados da rampa, devem ter largura de 3,0cm a 4,5cm, permitindo boa empunhadura e deslizamento, sendo preferencialmente de seção circular, oferecendo assim, condições seguras de utilização

da rampa por qualquer pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. Após percorrer a rampa de acesso às piscinas, o cadeirante ainda precisa esperar que o funcionário abra o portão, uma vez que este permanece trancado.

Com relação aos banheiros, observou-se que apenas o existente próximo às piscinas possui melhor estrutura de acesso ao cadeirante, porém não oferece privacidade, pois não possui porta, tendo o usuário que ficar exposto aos olhares das demais pessoas que estiverem no local (figura 07). O banheiro próximo às lanchonetes também possui estrutura de acesso para cadeirantes, com a diferença que neste o boxe tem porta, existindo porém, na entrada desse espaço um pequeno degrau que dificulta o acesso. Já os demais banheiros espalhados pelo parque não possuem nenhuma estrutura adequada ao usuário de cadeira-de-rodas e, caso o cadeirante esteja próximo aos campos de futebol ou em outro local mais afastado da portaria principal e seja necessário o uso de um banheiro, terá de pedir ajuda para usar o mais próximo ou percorrer uma distância considerável para usar os banheiros com maiores condições de acesso que estão localizados próximos às piscinas ou às lanchonetes.

A NBR 9050 diz que os sanitários e vestiários acessíveis devem obedecer aos parâmetros da Norma no que diz respeito à instalação de bacia, mictório, lavatório, boxe de chuveiro, acessórios e barras de apoio, além das áreas de circulação, transferência, aproximação e alcance.



Figura 07: Parque do Sabiá, Banheiro adaptado mas sem porta para cadeirantes, 2009
Autor: SILVA, E. M. ago/2009

Um ponto interessante observado durante o trabalho de campo no Parque do Sabiá foi em relação aos bebedouros, que são praticamente inacessíveis para alguém que está sentado

em uma cadeira-de-rodas. Os bebedouros do parque são feitos de alvenaria não possuindo a área de aproximação da cadeira-de-rodas e estando a torneira instalada a uma altura aproximada de 1,20m afastada da parte frontal do bebedouro, contrariando a NBR 9050 que diz a bica deve estar localizada no lado frontal, possuir altura de 0,90 m e permitir a utilização por meio de copo, devendo o bebedouro acessível possuir altura livre inferior de no mínimo 0,73 m do piso, ser garantido um módulo de referencia para aproximação frontal permitindo que a cadeira avance sob o bebedouro até no máximo 50 cm. Na figura 08 tem-se a visão de como é difícil para o cadeirante utilizar o bebedouro com autonomia, uma vez que a estrutura do equipamento não permite a aproximação adequada.



Figura 08: Parque do Sabiá; Bebedouro Inadequado para Cadeirante. 2009
Autor: SILVA, E. M. ago/2009

Um dos maiores obstáculos observados no parque e também relatado nos questionários é com relação à pavimentação, que dificulta o acesso do cadeirante de forma confortável. Em vários lugares como a entrada para o aquário, o bosque e o zoológico o revestimento do piso é feito com bloquetes que já se encontram bastante deteriorados pelo tempo e com falhas, o que provoca o travamento da roda dianteira da cadeira-de-rodas, parando-a bruscamente quando se esbarra em um bloquete solto ou cai em um buraco na pista resultante de sua perca. Uma das entrevistadas relatou que houve um período que freqüentava bastante o Parque do Sabiá, mas deixou de ir porque sempre quebrava os garfos da cadeira-de-rodas nas ruas do parque. Outra entrevistada disse que gosta de ir ao parque com seus netos, mas fica restrita ao espaço das lanchonetes, pois seus netos gostam de ficar andando no bosque e no zoológico e, nesses locais ela não consegue se locomover com sua cadeira.

Na figura 09 observa-se as três situações de pisos encontradas no Parque do Sabiá: piso de bloquetes, piso com revestimento asfáltico e piso de terra (ao fundo). Nota-se que o tipo mais confortável para um cadeirante é o piso com revestimento asfáltico, uma vez que suas características se enquadram na NBR 9050 (2004, p. 39) que diz que os pisos devem ter superfície regular, firme, estável e antiderrapante sob qualquer condição, que não provoque trepidação em dispositivos com rodas (cadeiras de rodas ou carrinhos de bebê).



Figura 09: Parque do Sabiá, Tipos de pisos encontrados, 2009.
Autor: SILVA, E. M. ago/2009

Circular nas áreas onde o piso é de bloquete ou de terra é difícil para o cadeirante e/ou para quem está o conduzindo, pois exige muita força muscular para manobrar a cadeira-de-rodas e a trepidação provoca um desgaste físico muito grande, podendo inclusive, causar danos à coluna. Durante o trabalho de campo, obteve-se o relato do Sr. Deraldo Silva, que trabalha na portaria de entrada do zoológico, dizendo que a maioria dos cadeirantes que por ali passou reclamou da estrutura do zoológico e principalmente das condições da pavimentação. Segundo ele, até mesmo pessoas com carrinhos de bebê mencionaram a dificuldade em andar pelo local e que o número de visitantes poderia ser ainda maior se a pavimentação oferecesse mais conforto aos usuários.

Outros locais com falta de estrutura de acesso, principalmente no que diz respeito às rampas, ainda podem ser aqui mencionados, como nos campos de futebol, alguns quiosques

próximos ao lago, para as mesas de descanso próximas ao parque infantil e a entrada para o aquário, onde a pavimentação é de bloquete.

Muitas adequações precisam ser feitas no Parque do Sabiá para que todos os cidadãos possam usufruir desse espaço com autonomia e independência e assim aproveitarem ao máximo seus momentos de lazer, contato com a natureza e, principalmente, efetivarem a inclusão social das pessoas com deficiência.

Considerações

O número de habitantes residentes em Uberlândia vem crescendo significativamente a cada ano e o número de pessoas com algum tipo de deficiência acompanha esta expansão, fortalecendo a luta desse segmento da sociedade para a transformação dos locais onde vivem, trabalham, estudam e passam seus momentos de lazer, pois ter respeito às condições físicas de cada um e ter garantido a acessibilidade em qualquer ambiente é imprescindível para a qualidade de vida do Ser Humano.

Dessa forma é preciso considerar a diversidade humana na elaboração de projetos arquitetônicos e urbanísticos, respeitando as diferenças existentes entre as pessoas e assim progredir em direção à inclusão social de pessoas que vem buscando há vários anos mostrar que suas deficiências não as impedem de exercer as atividades diárias como todos os cidadãos e o que dificulta o exercício de sua cidadania são os obstáculos arquitetônicos e urbanísticos encontrados pelo caminho.

Usufruir dos parques urbanos, que são espaços de uso público importantes para a qualidade de vida dos habitantes das cidades que vão a esses locais passar seus momentos de lazer faz parte da tônica do conceito de inclusão social, pois além de poderem se descontraírem nesses espaços verdes, podem manter contato com outras pessoas e assim interagir socialmente mostrando que a pessoa com deficiência não precisa ser tratada como uma peça de cristal, que precisa ficar bem guardada para não quebrar.

O Parque do Sabiá ainda não está totalmente estruturado para receber pessoas cadeirantes, apesar de já ter alguns de seus espaços adaptados e, como foi observado nas entrevistas, os espaços mais despreparados do parque são aqueles preferidos pelos visitantes usuários de cadeira-de-rodas para passarem seus momentos de lazer e, portanto, poderiam atrair ainda mais pessoas com deficiência se houvesse melhores condições de acessibilidade.

Não se pode negar o fato de que adaptar espaços em áreas verdes, principalmente, locais de preservação natural, exige estudos rigorosos para não comprometer as características ambientais e as espécies nativas, mas desde que o local seja aberto ao público deverá se ter a preocupação em não deixar ninguém excluído por falta de dispositivos de acesso.

Para finalizar, podemos afirmar que as pessoas com deficiência vêm obtendo melhorias significativas no que diz respeito ao processo de inclusão, mas muita coisa ainda precisa mudar para que realmente possam exercer seus direitos de ir e vir, frequentando qualquer espaço da cidade e ter as condições necessárias para realizar suas tarefas diárias e de lazer e recreação com segurança, autonomia e independência.

Referências

ANDRADE, T.; LODDER, C. **Sistema urbano e cidades médias no Brasil**. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1979. 147 p.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 9050**: acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamento urbano. Rio de Janeiro, 2004, 97p.

BRASIL. Decreto-Lei nº 5296, de 02 de dezembro de 2004. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 03 dez. 2004.

BURMEISTER, N. **A necessária releitura da cidade**. Disponível em <<http://www.portoalegre.rs.gov.br/planeja/spm2/1.htm>> Acesso em set. 2005.

COLESANTI, M. T. M. **Por uma Educação Ambiental**: o Parque do Sabiá, em Uberlândia, MG.1994. 175f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 1994.

CORRÊA, R. L. **O espaço urbano**. 3. ed. São Paulo : Atica, 1995, 94 p.

LEFEBVRE, H. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Moraes, 1991. 145 p.

KAYSER, Bernard. O Geógrafo e a Pesquisa de Campo. In: **Seleção de Textos**. AGB Nº11. São Paulo, 1985. p. 25-40.

RESENDE, A. P. C . **Todos na Cidade:** o direito das pessoas com deficiência física em Uberlândia. 2003.197f.Dissertação (Mestrado em Geografia)- Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2003.

RODRIGUES, G. S. S.C . **Educação Ambiental e Hiperídia:** a construção de um material didático para o Parque Municipal Victório Siquierolli, Uberlândia, MG. 2007.171f. Tese (Doutorado em Geografia)- Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2007.

SANTOS, M. **Metamorfoses do espaço habitado:** fundamentos teóricos e metodológicos da Geografia. São Paulo: Hucitec, 1988. 124 p.

_____. **O espaço do cidadão.** 2 ed. São Paulo : Nobel, 1992. 142 p.

SASSAKI, R. K. **Inclusão:** Construindo uma Sociedade para Todos. 3 ed. Rio de Janeiro: WVA,1999. 174 p.

_____. **Terminologia Sobre Deficiência na Era da Inclusão.** Disponível em <<http://www.senado.gov.br/paulopaim/Grandes%20temas/deficientes/arquivos/terminologia%5B1%5D.pdf>>. Acesso em jan/2009

SILVA, I. A. **Construindo a cidadania:** uma análise introdutória sobre o direito à diferença. 2002. 107f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de História, Universidade Federal de Uberlândia, 2002.

SOARES, B. R.; FILHO, V. R.; RESENDE, A. P. C.; SILVA, I. A.; NASCIMENTO, I. S. Moradia Acessível em Cidades Médias: o caso de Uberlândia. **Anais... II SIMPÓSIO INTERNACIONAL SOBRE CIDADES MÉDIAS.**Uberlândia: Universidade Federal de Uberlândia, 06 a 09 de novembro de 2006. p.01-17

SOTANG, Susan. **Sobre Fotografia.** São Paulo : Companhia das Letras, 2004. 223p.

TOLEDO, F. S.; SANTOS, D. G. Espaços Livres de Construção. **SBAU.** Piracicaba. v.3, nº 01, mar. 2008, p.73-91.

UNIDAS, ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES. **Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.** Disponível em <http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/99423/9/Convencao_direito_pessoas_deficiencia_2008.pdf> Acesso em jan. 2010.